

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14	173
ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL	
Auro Aparecido Mendes Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	
DOI 10.22533/at.ed.05119300714	
CAPÍTULO 15	182
EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA	
Ana Elídia Torres	
DOI 10.22533/at.ed.05119300715	
CAPÍTULO 16	191
UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Lourença Santiago Ribeiro Diego Palma de Castro	
DOI 10.22533/at.ed.05119300716	
CAPÍTULO 17	201
GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II	
Gabriela Zanim Patrícia Tosta Soares Regina Célia Fiorati	
DOI 10.22533/at.ed.05119300717	
CAPÍTULO 18	213
CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP	
Mariana Pantoni Santana Regina Célia Fiorati Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy Regina Yoneko Dakuzaku Carretta Daniel Yacoub Bellissimo Julia Terra Ribeiro do Vale Marta Cristiane Alves Pereira Rogério Cerávolo Calia José Luiz Bahia Patrícia Soares	
DOI 10.22533/at.ed.05119300718	
CAPÍTULO 19	222
ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA	
Márcia Cristina Alves Marcelo Capre Dias	
DOI 10.22533/at.ed.05119300719	

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE</i> LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR	460

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Seonária Costa Santana

Pós graduada em Desenvolvimento Territorial-
UFBA
Valença-BAHIA

Alane Amorim Barbosa Dias

Pós-Graduanda-Inovação Social- IFBaiano;
Governador Mangabeira-BAHIA

Cleudson Santos de Jesus

Graduado Gestão de Cooperativas-UFRB
Cruz das Almas-BAHIA

RESUMO: O presente trabalho visa uma reflexão acerca da participação da Sociedade Civil no Desenvolvimento Territorial. Neste contexto será apresentado a relação das entidades representativas em possibilitar a veiculação dos atores no processo de interação das ações que podem favorecer as discussões interligadas as políticas para o desenvolvimento territorial. Serão relatados os pontos que inviabilizam o desenvolvimento, já que este para acontecer se faz necessário o envolvimento dos atores marginalizados historicamente e que são fundamentais neste processo. Falar de Desenvolvimento Territorial sem abordar a trajetória dos movimentos sociais cujo papel é a mobilização social, que a cada dia se distancia e enfraquece a categoria, que por sua vez acabam não contribuindo com as ações que visam o desenvolvimento, que interagem em

diferentes áreas do conhecimento. Desta forma promover e contribuir com o desenvolvimento territorial vai bem além de discussões, mas de uma grande oportunidade de possibilitar principalmente nos espaços rurais o acesso a diversas políticas públicas nos âmbitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Sociedade Civil. Território. Desenvolvimento

THE PARTICIPATION OF CIVIL SOCIETY IN TERRITORIAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: This paper aims to reflect on the participation of Civil Society in Territorial Development. In this context it will be presented the relation of the representative entities in enabling the placement of the actors in the interaction process of the actions that can favor the interconnected discussions the policies for the territorial development. The points that impede development will be reported, since this to happen requires the involvement of the historically marginalized actors that are fundamental in this process. To speak of Territorial Development without addressing the trajectory of social movements whose role is social mobilization, which each day distances and weakens the category, which in turn end up not contributing to the actions aimed at development, which interact in different areas of

the knowledge. In this way, promoting and contributing to territorial development goes well beyond discussions, but rather a great opportunity to make it possible in rural areas to have access to various public policies in the economic, social, cultural and environmental spheres.

KEYWORDS: Participation. Civil society. Territory. Development

1 | INTRODUÇÃO

A política de Desenvolvimento Territorial na Bahia, nos últimos anos tem ganhado grande proporção, principalmente quando se trata de garantir acesso as políticas públicas para o meio rural. É uma ideologia aberta e integradora, que proporciona para o povo o pensar coletivo mesmo diante da diversidade. Falar de território, é refletir acerca dos erros e acertos gerados para o alcance de um propósito mútuo de vários povos na mesma região que assemelham características parecidas e comuns. É através da discussão de território que a sociedade civil e poder público vem estabelecendo diálogos, que facilitam a identificação de mazelas que por sua vez podem vir a serem sanadas pelo poder público competente, e através da política de desenvolvimento territorial que renasce a esperança do povo ter voz e ser ouvido, ter vez e poder ser visto, mostrando que as suas potencialidades vai muito além de dados negativos constantes nas estatísticas.

No ano de 2003 iniciou-se o processo de conformação dos territórios rurais brasileiros, através da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial inserida no Ministério de Desenvolvimento Agrário, desde então o acesso as políticas de integração e desenvolvimento territorial, como também a implantação de ações que puderam promover o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária, ações essas que propuseram para a população a possibilidade de adquirirem uma melhor qualidade de vida seja na educação, saúde, no social e econômico, proporcionando assim uma realidade menos desumana. Neste contexto, o presente artigo visa abordar dois pontos muito relevantes que envolvem o desenvolvimento territorial, o primeiro trata da estrutura organizacional do colegiado territorial, que implica diretamente no seu funcionamento estratégico para conseguir acesso as políticas públicas sociais e o segundo em estratégias para garantir a participação da sociedade civil no desenvolvimento territorial, este que é visto como principal fator para que o desenvolvimento de fato aconteça. Assim, este trabalho trará muitos resultados alcançados acerca das pesquisas realizadas pelo NEDET/UFRB (Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial), que através da Gestão Social realizada conseguiu alcançar várias respostas sobre a efetividade da política territorial no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

2 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO VALE JQUIRIÇÁ E SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Desenvolvimento territorial vai muito além de uma discussão pontual de algumas representações institucionais, falar de território é saber que ele trata de um espaço democrático e participativo, é um dos caminhos a serem traçados sabiamente e que são viáveis na busca de alternativas para o desenvolvimento com mais participação social, equidade e sustentabilidade. O desenvolvimento territorial busca construir um modelo de desenvolvimento maior, mais participativo e que protagonize os cidadãos, a partir das suas identidades culturais, vocacionais e de produções locais, que por sua vez não deve ser padronizado, envolve os valores e os comportamentos dos participantes. Segundo Tânia Zapata, 2015. A construção do desenvolvimento territorial busca contribuir também para uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios / microrregiões, pela presença da nova figura do gestor público, contrapondo-se à figura tradicional de prefeitos clientelistas e centralizadores. Esse novo gestor deve ser também animador / facilitador do desenvolvimento do território, ampliando os espaços de participação social. Ela ainda afirma que o desenvolvimento territorial endógeno sustentável é uma temática que vem ganhando relevância no mundo atual, suscitando discussões, reflexões e novas práticas no processo de desenvolvimento em todo o mundo.

2.1 Desenvolvimento Territorial do Vale Jiquiriçá

A Bahia possui 417 municípios, com uma diversidade incrível de biomas (Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Costeiro e Marinho), o que demonstra o tamanho das potencialidades e riquezas que o estado possui. Para acompanhar esta diversidade produtiva, cultural o governo utilizou a divisão territorial para acompanhar de perto a situação a qual a população vive, assim foi feito um agrupamento de municípios que possuem identidades culturais, geográficas, econômicas e sociais. Segundo a SEPLAN-2010, O território se define como a soma dos municípios e da diversidade que existem dentro dele, representado pelo coletivo, chamado de colegiado territorial. É neste espaço que surgem as discussões em prol de algo comum e relevante a todos, desta maneira identifica-se os gargalos e obstáculos, discutem e juntos buscam as possíveis soluções para determinados problemas.

Território é um espaço socialmente organizado. Território significa espaço e fluxos. Ou seja, lugares e pessoas interagindo. Território significa uma identidade histórica e cultural. São fluxos econômicos, sociais, culturais, institucionais, políticos, humanos. São atores inteligentes organizados, que podem fazer pactos, planos, projetos coletivos. Tânia Zapata-2015.

É evidente que um território não consegue caminhar sozinho ou com participações individuais, criando-se ilhas dentro dele, um território se fortalece

e consegue promover o desenvolvimento territorial, quando estes promovem o envolvimento dos atores da ponta, a participação daqueles que de fato sofrem as maiores dificuldades, e que realmente precisam ser visto, e ouvidos. Desta maneira o Colegiado Territorial do Vale do Jiquiriçá, caracteriza-se por um território composto por 20 municípios (Brejões, Milagres, Amargosa, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Santa Inês, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Itiruçu, Maracás, Planaltino, Irajuba, Nova Itarana, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal), e está dividido por 3 (três) dos vários biomas existente na Bahia são eles Mata atlântica, Caatinga e Semiárido, muita riqueza em um único território que são interligados principalmente pelo Rio Jiquiriçá que corta quase todos os municípios aqui citados, tendo sua origem na cidade das Flores, Maracás-Bahia. Ainda em sua descrição produtivas pode-se citar algumas cadeias produtivas predominantes no território como: a mandiocultura, cacauicultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura, bovinocultura do leite, caprinocultura, apicultura dentre outras peculiares culturas como o coco do liculiri, sisal, artesanatos e sementes crioulas.



Figura 1. Mapa do Território do Vale do Jiquiriçá (CGMA/SDT/MDA, março de 2015).

Fonte: SDT (2015).

O território com sua imensa diversificação cultural abraça uma grande população rural, isso porque dos seus 20 municípios, 19 são visivelmente rural (com exceção de Santa Inês), tendo a sua fonte de renda advindo deste meio, e ainda retratam em sua maioria características físicas e culturais de culturas africanas, o que demonstram vestígios fortes da predominância quilombolas por alguns dos seus municípios, como Laje, Amargosa, Cravolândia, Elísio Medrado, mas até então foram reconhecidos pela Fundação Palmares e a Secretaria de Promoção e Igualdade Racial-SEPROMI apenas 2 (duas) comunidades quilombolas uma em Jaguaquara (Ocrídio Pereira) e outra em Planaltino (Caboclo), que por sua vez necessitam e muito de apoio governamental para conseguirem alcançarem seus direitos como povos quilombolas.

2.2 Estrutura Organizacional do Colegiado Territorial

Partindo da definição estabelecida pelo Regimento Interno do Colegiado Vale do Jiquiriçá, baseado na Lei 13.214/2014, o colegiado territorial é um espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, gestão e controle social das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial e solidário para os 20 municípios que compõe o território. Os principais objetivos constantes no Regimento Interno-2015 do COTEVAJ são:

- Fomentar o Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Território através do apoio a organização e ao fortalecimento institucional dos atores sociais locais;
- Promover a gestão participativa e o controle social das políticas de desenvolvimento sustentável no território e o fortalecimento das políticas públicas;
- Articular, apoiar e participar no âmbito territorial das ações que visem à redução das desigualdades resultantes das questões de gênero, raça, etnia, faixa etária e grupos de minoria no espaço do Território;

Para cumprir os objetivos estabelecidos acima citados o Colegiado se organizou estruturalmente da seguinte forma Plenária, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e Câmaras Técnicas. Segundo o Artigo 6º do Regimento Interno do COTEVAJ, “a Plenária é o órgão colegiado superior, composta por representações das instituições do Poder Público e da Sociedade Civil, dentre aquelas referidas no artigo primeiro, comprometidas com o Desenvolvimento Territorial Sustentável”. Núcleo Diretivo será composto por 8 membros, sendo 04 (quatro) titulares e 04 (quatro) suplentes das entidades integrantes no Colegiado.

Art. 11º – As Câmaras Temáticas são constituídas para auxiliar o Colegiado em debates de temas específicos ou abrangentes do processo de desenvolvimento. Esta constituição é feita observando a participação de cada município que compõe o Território (Câmara de Agricultura, Câmara de Meio Ambiente, Câmara da Juventude,

Câmara da Educação, Câmara de Cultura, Câmara da Saúde, Câmara Segurança Alimentar e Nutricional, Câmara de Mulheres).



Figura 2: Estrutura organizacional do COTEVAJ

Fonte: Seonária Costa

Observando a estrutura organizacional do território vale do jiquiriçá, seria fácil a execução e realização dos objetivos os quais são citados no Regimento interno, porém nada é possível se as entidades dos poderes públicos e sociedades civil não estiverem integrados nesta causa. Descarta-se como atores principais os representantes da sociedade civil, que evidencia que sem a sua participação, envolvimento, contribuição e cobrança fica impossível conseguir obter o desenvolvimento territorial.

3 | SOCIEDADE CIVIL E SEUS NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO

A sociedade civil como são conhecidos os agricultores familiares, produtores rurais, quilombolas, assentados, indígenas, formam a população que integram o território, com suas diversidades culturais, produtivas e sociais. Cada um deste tem sua parcela de contribuição para o desenvolvimento local e logo territorial, no entanto muitos encontram-se marginalizados e desprovidos de informações e de conhecimentos sobre os direitos que lhe cabem, o que os impossibilitam que tenham acesso as diversas políticas públicas e programas sociais que são criados e direcionadas para este público, mas que por alguma razão não conseguem ser efetivo em suas ações, a ponto de fazer valer como rezam em sua maioria, os objetivos. Como forma organizacional destas categorias, podemos citar os Sindicatos, Associações, Conselhos, Federações todos com intuito de representar cada uma e assegurar-lhe seus direitos. Os Sindicatos dos Trabalhadores (as) Rurais por exemplo, em

sua histórica existência foi criado para representar os trabalhadores e trabalhadoras rurais de cada município, por sua vez depara-se com situações que contradizem sua missão. Pode-se perceber que alguns sindicatos hoje resume-se apenas a realizar atividades vinculadas a previdência social (auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria rural..), deixando de lado outras ações que poderiam propor o fortalecimento da comunidade como ações sociais para o protagonismo feminino e juvenil, e êxodo rural, Assistência Técnica para auxiliar na produção rural dentre outros. Por não conhecer seus direitos os associados permitem a continuação de vínculos viciosos do patronato, em sua maioria eles não sabe para que de fato serve sua entidade de classe, que a atuação dela vai além das ligadas a previdência social. Quando tratamos de associações, é perceptível que o grande número existentes, foram criados com finalidades políticas, o que levou a sua maioria a decadência. São poucas as associações que funcionam da maneira eficiente ou razoável, e onde isso acontece percebemos que o nível de organização e participação é muito maior, o que proporciona, maior acesso às informações, ações sociais, políticas públicas para o meio rural como é o caso do Programa Nacional da Agricultura Familiar-Pronaf, Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, Crédito Rural, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR, dentre vários outros existentes mas que só podem chegar aos atores da ponta se estes, possuírem o mínimo de organização social. Não adianta criar diversas associações e cooperativas se a comunidade não tiver inserida no processo de construção e visando um objetivo único, não adianta pensar em avançar se não estiver incorporado o que é trabalho em grupo? O que é o coletivo? Ou o associativismo? Ou a cooperação. São essas as maiores dificuldades encontradas para se promover o desenvolvimento territorial, pois os atores principais em sua maioria não estão inseridos e integrados com a causa, ou não possuem acesso às informações, ou não tem recurso financeiro para participar das atividades. E é aí que suas entidades representativas deveriam sobressair, fazendo esta veiculação, proporcionando o acesso para os seus associados ou não. As entidades precisam estar nestes espaços, para ocupá-los, ser vistos e ouvidos e assim poder expor seus anseios e lutar por aquilo que lhe é de direito. A Organização social, por sua vez é de extrema importância neste cenário político institucional, que envolve as discussões acerca a Política de Desenvolvimento Social. É a forma utilizada para estabelecer o diálogo entre os Poderes Públicos e Sociedade civil, numa dinâmica totalmente participativa. Por fim, o desenvolvimento só irá acontecer quando envolver todos os atores necessário para o avanço territorial. É preciso envolver para desenvolver.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se faz necessário uma expansão do entendimento de cada setor envolvido

ou que pelo menos deveriam estar envolvidos na discussão de desenvolvimento territorial. A organização social como fator preponderante nesta ação, protagonizando seus representados numa luta constante pelos seus direitos, e isso só se consegue envolvendo a todos para buscar seus direitos através das políticas públicas, ocupando os espaços, mostrando seus valores e potenciais por muitas vezes esquecidos. Desta maneira é possível conseguir grandes avanços e principalmente grandes conquistas, estando estes discutindo, brigando, reconhecendo sua identidade dentro do colegiado. Assim fortalece o território e é possível mostrar o quão grande é a força de um povo organizado e unidos em prol de um bem comum, o Desenvolvimento Territorial.

REFERÊNCIAS

AMARTYA SEM, **Desenvolvimento com Liberdade**. Cia de bolso. 2015

CHAVES, Daniela Freitas. PINTO, Iléia Maria de Jesus. **Economia solidária como alternativa de desenvolvimento**. T & C Amazônia: 2007.

COTEVAJ, **Regimento Interno do Colegiado Territorial**. 2015.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Tradução MichellThiollent. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

FREIRE, Paulo: **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL. Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Lei Nº 13214 DE 29/12/2014

MDA: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília. 2005.

OCB. **Panorama do cooperativismo brasileiro**. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf> Acesso em: 03/10/2015.

SEPLAN, **Política de Desenvolvimento Territorial**. BAHIA, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA,2002.

ZAPATA, Tania et alii: **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local**. Recife. BNDES/PNUD. 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1

